

Como possivelmente endereçar a uma entidade *alien* – por que não? *How to possibly address an alien entity – why not?*

Rodrigus Pinheiro

 0009-0008-7805-227X
rodrigolapinheiro@gmail.com

Resumo

Especular formas de endereçamento a um hipotético ente *alien* é uma tarefa inconclusa — elaboração dando-se radicalmente no limite de nossos aparatos cognitivos e arcabouços imaginativos —, pois nos solicita imbricarmo-nos com procederes mais-que-humanos. É, contudo, precisamente na impossibilidade de lograr pleno êxito que ela desponta como tarefa profícua. Ao passo que tensiona os limites de nossa imaginação e prospecta um possível tempo vindouro — o possível fim deste Mundo —, o intento imaginativo perspectivado do ente *alien* deflagra um exercício de (re)delineamento e reposicionamento ético da categoria humano, de suas hierarquizações internas e externas e, por conseguinte, do diagrama sociopolítico no qual estamos implicados. Partindo da pergunta que dá título ao ensaio, especulo maneiras éticas de escuta, imaginação e endereçamento àquilo que, mais imediatamente, desponta como estranho aos regimes de inteligibilidade desse Mundo e, assim, desafia seu Entendimento, a aceleração tecnológica predatória e seus mecanismos de captura. Sondo possibilidades de correspondência com o abismo — que situo como síntese conceitual-material dos impasses do presente —, à maneira fabulatório-especulativa de formas de vida abismais, com o intuito de estranhar mais firmemente sua arquitetura conceitual-material e rearticular o diagrama sociopolítico do presente mediante engajamentos com o não-imediato, o desconhecido e a politização da incerteza como ação.

Palavras-chave

Ficção especulativa. Imaginação radical.
Escuta profunda. Inteligência artificial. Xenofilia.

Abstract

Speculating on forms of address to a hypothetical alien entity is an inconclusive task — an elaboration unfolding at the limits of our cognitive apparatuses and imaginative frameworks — as it calls on us to entangle ourselves with more-than-human modes of proceeding. Yet precisely in the impossibility of fully succeeding, it emerges as generative. By straining our imagination and prospecting a time to come — the possible end of this World — the perspectivalized imaginative endeavor of the alien entity sets in motion the (re)delineation and ethical repositioning of the human, its internal and external hierarchies and, consequently, the sociopolitical diagram in which we are implicated. Departing from the question that titles this essay, I speculate on ethical modes of listening, imagining, and addressing that which emerges as strange to this World's regimes of intelligibility and thus challenges its Understanding, predatory technological acceleration, and its mechanisms of capture. I probe possibilities of correspondence with the abyss — situated as a conceptual-material synthesis of present impasses — in the fabulatory-speculative manner of abyssal forms of life, seeking to estrange its conceptual-material architecture and rearticulate the sociopolitical diagram of the present through engagements with the non-immediate, the unfamiliar, and the politicization of uncertainty as action.

Keywords

*Speculative fiction. Radical imagination.
Deep listening. Artificial intelligence. Xenophilia.*

A fim de endereçar-lhes a fala do presente trabalho, gostaria, de saída, de propor-lhes uma indagação: Como possivelmente endereçar a uma entidade *alien*? – por que não?

Do mesmo modo, indaga-nos o pesquisador artista e geógrafo Trevor Paglen. Em seu ensaio intitulado “Friends of space, how are you all? Have you eaten yet? or Why talk to aliens even if we can’t” (Amigos do espaço, como vocês estão? Já comeram? ou Por que endereçar a seres alienígenas mesmo sem conseguirmos?), Paglen (2013) rememora o envio das primeiras sondas espaciais a Júpiter — missões conduzidas pela Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos (Nasa) no contexto geopolítico dos anos 1970. Ao ultrapassar o campo gravitacional da Terra, dirigindo-se rumo ao insondável do espaço interestelar, tais sondas registrariam imagens nunca antes avistadas – até então incapturáveis.

Ao retrazar a porção cognoscível dessa trajetória interplanetária, Paglen intenta, mais precisamente, conduzir-nos a um episódio cuja resolução é, a princípio, bem menos nítida do que a imagem técnica de Júpiter retornada à Terra, introduzindo-nos às coordenadas do problema em torno do qual gravitamos aqui. O problema se enuncia a partir da seguinte operação: a fabricação de artefatos,¹ à época secretamente acoplados às sondas espaciais – a saber, gravuras inscritas em chapas metálicas e um disco fonográfico; mídias designadas ao inescrutável do espaço – assim como as próprias sondas –, mas regidas por um propósito

¹ Conforme aponta Trevor Paglen (2013, p. 10), Frank Drake, radioastrônomo envolvido na concepção das placas metálicas (*pioneer plaques*) acondicionadas nas sondas Pioneer 10 e Pioneer 11 (1972-1973), propôs que os artefatos – desenhados pela artista Linda Salzman Sagan, em colaboração com Drake e o astrônomo Carl Sagan – contivessem representações de: um par de figuras humanas, dispostas lado a lado (um homem e uma mulher), ambas inscritas sob perspectiva cis-heterossexual-branca; um diagrama cósmico, concebido para que um suposto ente *alien* pudesse determinar sua posição em relação à Terra a partir de parâmetros físico-matemáticos assumidos como universalmente inteligíveis. Posteriormente, Carl Sagan conduziu a equipe responsável pelo disco “Golden Record”, que viajou juntamente com as sondas Voyager 1 e Voyager 2 (1977). Trata-se de um disco fonográfico banhado a ouro, no qual se encontram gravados frequências sonoras e sinais de vídeo. Em termos sonoros, o disco apresenta: saudações em 55 idiomas; registros musicais de diferentes culturas; sons de interações humanas, de seres mais-que-humanos, de fenômenos naturais, bem como de ferramentas e máquinas em operação – compondo um recorte curatorial da vida terrestre orientado por critérios de seleção culturalmente situados. Já os sinais de vídeo codificam registros fotográficos extraídos de publicações norte-americanas de zoologia, biologia, história material e desenvolvimento industrial, além de imagens veiculadas pela *National Geographic* e registros do convívio da equipe responsável por sua realização, configurando uma representação da vida planetária ancorada em regimes específicos de produção de conhecimento e visualidade (p. 12-13).

decerto mais pretensioso que a própria, até então, inexequível viagem. Assim afirmo, pois tais objetos, portadores de mensagens – repositórios de uma universalidade humana pretensamente inequívoca –, endereçavam-se intencionalmente a um suposto ente *alien*.

O evento nos impele a questionar: de que maneira e sob que critérios de responsabilidade ante aquilo que se desconhece?

A despeito de suas implicações significativas para as ciências, a conquista técnica da qual se regozija o episódio – ao desvelar uma paisagem antes demasiado nebulosa para as nossas ponderações – não deixa de apontar, interessa-me frisar, uma dificuldade ou, melhor, uma irresponsabilidade consistente no que diz respeito ao engajamento ético com a *escuta* e a *imaginação*, tal como se evidencia na própria elaboração do suposto ente *alien*, que incorre em uma série de pressupostos problemáticos, ancorados em um regime de inteligibilidade etno e antropocêntrico – universalizantes no que concerne à alteridade e aos limites da representação e da linguagem.

A partir daqui, para sustentar a pergunta que abre o ensaio, bem como o desenrolar da fala digressional que o enreda, convém ficarmos com a questão da irresponsabilidade de *escuta* e de *imaginação*. Tal proposta há de nos retornar, inevitavelmente, subseqüentes indagações, cujos encaminhamentos – menos orientados à resolução do que à abertura de um campo propositivo – hão de ser conduzidos por meio de uma escrita fabulatório-especulativa, tomada como método de endereçamento, em resposta à necessidade de uma nova epistemologia imaginativa frente ao repertório narrativo d'O Mundo – desafeito à polissemia da existência e do ambiente planetário. Trata-se de questões que serão desenvolvidas adiante. Para tanto, explícito como articulo ambas as noções – *escuta* e *imaginação*.

A noção de *escuta* que aqui invoco consoa com a prática de *deep listening* (escuta profunda), proposta pela artista Pauline Oliveros, que pressupõe uma diferenciação entre os processos de ouvir e escutar – embora ambos, como identifica a artista, se relacionem de maneira simbiótica. Ouvir refere-se às vibrações captadas pelos órgãos auditivos e transmitidas ao córtex cerebral; em outras palavras, à capacidade do aparelho cognitivo de tornar perceptível um espectro de frequências sonoras de abrangência determinada. De outro modo, escutar – tendo em vista que uma parte considerável das informações transmitidas ao/pelo cérebro não é percebida no nível consciente – consiste em,

a partir desses *inputs*, redirecionar conscientemente a atenção, de modo a ficar seriamente com a informação. Conforme elabora Oliveros (2005, p. 14),

Deep (profundo) diz respeito às complexidades e fronteiras, ou aos limites para além do ordinário e habitual. [...] Uma questão profunda excede às concepções válidas no agora ou constitui-se de muitas partes incertas para se entender rapidamente. Uma pessoa profunda excede o senso comum/conhecimento estereotipado e talvez leve muito tempo – ou nunca – para ser entendida. [...]

Para mim, *deep listening* trata-se de aprender a ampliar a percepção sonora de modo a acessarmos um todo *continuum* de espaço e tempo a partir do som – aproximando-nos, assim, tanto quanto possível de multiplicidades (*vastness*) e complexidades.²

No que tange à *imaginação*, refiro-me à *imaginação radical* nos termos da filósofa e artista Denise Ferreira da Silva, isto é, de uma práxis radical de criação/reimaginação que se delineia em confronto com “O Mundo como nos foi dado a conhecer”³ ou “O Mundo Ordenado” –, em refutação aos seus dispositivos de (re)ordenamento: sua ética antropocêntrica e colonial, o jugo do Entendimento e da Verdade, do *logos* cartesiano, a supremacia cis-branco-heterossexual. De modo sucinto, trata-se, portanto, de uma prática empreendida de modo a conceber um rearranjo dos componentes fundamentais d’O Mundo; de modo a vislumbrar, diferentemente do sempre-já-dado, outras possibilidades, difusas, de vir a ser oferecidas pela existência.

² Tradução nossa do original: *Deep has to do with complexity and boundaries, or edges beyond ordinary or habitual understandings. [...] A subject that is “too deep” surpasses one’s present understanding or has too many unknown parts to grasp easily. A “deep one” defies stereotypical knowing and may take either a long time, or never to understand or get to know. [...] Deep Listening for me is learning to expand the perception of sounds to include the whole space/time continuum of sound – encountering the vastness and complexities as much as possible.*

³ O Mundo como nos foi dado a conhecer, ou, ainda, O Mundo Ordenado, pelo desmantelamento do qual Denise empreende sua poética feminista negra, diz respeito a um projeto de mundo etnocêntrico e colonial balizado pela modernidade, cujos pilares ontoepistemológicos inauguram um modelo de Sujeito – branco-europeu – como detentor/produtor do programa do conhecimento, do Entendimento, da Verdade, bem como depreendem as diferenças culturais como expressões de uma separação fundamental entre as coletividades humanas – nacionalidade, etnicidade e identidade social (raça, sexo e gênero) –, admitidas em distintas posições – hierarquizantes/excludentes – de acordo com a noção ética de humanidade. Uma vez submetidas ao lugar do Outro – Outros culturais (não brancos/não europeus) e Outros físicos (seres mais-que-humanos) – contra tais coletividades sistematiza-se uma série de injustiças e violências, corroboradas pelo Estado-capital (ver Ferreira da Silva, 2019).

Conderemos uma possibilidade: e se, em vez de O Mundo Ordenado, pudéssemos imaginar O Mundo como uma Plenitude, uma composição infinita em que cada singularidade existente está sujeita a se tornar uma expressão possível de todos os outros existentes, com os quais ela está emaranhada para além do espaço e tempo (Ferreira da Silva, 2016, p. 58).

Como vínhamos alinhavando a partir do episódio do endereçamento *alien*, as mídias incorporadas às sondas espaciais – fragmentos representativos da vida planetária em sua totalidade – apontam-nos uma dificuldade/irresponsabilidade de *escuta* e *imaginação*, concernente às formas elementares, tal como assentadas no Ocidente, de se pensar e estruturar O Mundo. Tais formas, afincadas no cerne dos processos de modernização e da globalização neoliberal, mostram-se, em seus distintos campos de saber e procederes, por demais autocentradas, recrudescendo-se em nossos tempos de vida de modo a reiterar um mundo cada vez mais “impensável”, cada vez menos apto a “pensar-com”, como assinala Donna Haraway (2023, p. 57).

Trata-se, assim, de um mundo menos apto a *imaginar* e *escutar* narrativas não exclusivamente humanas, não preponderantemente pautadas nos axiomas e agenciamentos de uma determinada categoria de humano – tributária da ética antropocêntrica e colonial da modernidade. Em suma, um mundo avesso à diversidade do pensamento e à implicação em sistemas complexos de cooperação com outras formas de produção de pensamento e de vida – orgânicas-inorgânicas-biológicas-artificiais; um mundo desfeito às possibilidades de conceber, outramente, mundos.

Um programa ético-político que não reproduza as violências do pensamento moderno exige repensar a socialização por fora do texto moderno. Porque apenas o fim do mundo tal como o conhecemos, estou convencida, será capaz de dissolver a ideia de coletividades humanas como “estranheiras” com os atributos morais fixos e irreconciliáveis que as diferenças culturais engendram. Isso exige que libertemos o pensamento das amarras da certeza e abracemos o poder da imaginação para criar a partir das impressões vagas e confusas, ou incertas, que Kant postulou serem inferiores às produzidas pelas ferramentas formais do Entendimento. Uma configuração d’O Mundo alimentada pela imaginação nos inspiraria

a repensar a socialização sem as imutabilidades abstratas produzidas pelo Entendimento e a violência parcial e total que elas autorizam – contra os “Outros” culturais (não brancos/não europeus) e físicos (mais-que-humanos) (Ferreira da Silva, 2016, p. 58).

Convém, portanto, atentar-nos para o fato de que, sob tal modelo autorreferente de Mundo, à medida que se clarifica a imagem – para aludir à imagem técnica de Júpiter –, sob a égide de se pretender sanar – colonizar – aquilo que resiste à cristalização do Entendimento, enfraquece-se a própria necessidade de *escutar* e *imaginar* um tempo e um espaço que excedam o estado atual das coisas – para além dos limites de inteligibilidade das estruturas Ordenadas.

Sob tal modelo insuficientemente perspectivado, pensar o mundo e suas irrefreáveis contingências – a nós inevitavelmente desfamiliares – devolve-nos, em contrapartida, sua faceta *impensável*. Poderíamos enunciar o problema nos seguintes termos: irresponsabilidade de escuta $\rightleftharpoons$ de imaginação $\rightarrow$ mundo (cada vez mais) impensável.

Como, de outro modo, a despeito da condição impensável d’O Mundo, exercitar pensar-mundos-com?

É nesse sentido que me interessam as elucubrações de Trevor Paglen a respeito dos artefatos enviados juntamente com as sondas destinadas a Júpiter nos anos 1970. Diante da resolução conceitual-material, estapafúrdia, acerca de um possível ente *alien* – afinal, como corroboram as referidas missões da Nasa, tal ente não passaria de uma extensão antropomórfica de seus dirigentes e de seus próprios sistemas de códigos e linguagem, reiterando violências etno e antropocêntricas –, Paglen detém-se em perscrutar, a partir de uma perspectiva explicitamente ética, sob que circunstâncias seria possível empreender tal endereçamento *alien* ou, em outras palavras, *alienar-se*, havendo-se com os limites de nossa corporificação humana e de um modelo de mundo etno e antropocêntrico.

O artista o faz sabendo tratar-se de uma tarefa inconclusa – elaboração dando-se radicalmente no limite de nossos aparatos cognitivos e arcabouços imaginativos –, uma vez que nos solicita imbricarmo-nos com procederes, nos termos de Donna Haraway, mais-que-humanos. É, contudo, precisamente na

impossibilidade de lograr pleno êxito – de conferir palpabilidade a tal formulação *alien* – que Paglen a reivindica como tarefa profícua e reforça a importância de empreendê-la. Pois, ao passo que tensiona os limites de nossa imaginação e prospecta um possível tempo vindouro – o possível fim deste Mundo –, o intento imaginativo perspectivado do ente *alien* deflagra um exercício de (re)delineamento e reposicionamento ético da categoria *humano*, de suas hierarquizações internas e externas e, por conseguinte, do diagrama sociopolítico no qual estamos implicados e ao qual se encontram subjugadas nossas – e outras – formas de produção de pensamento e de vida.

Dito isso, torna-se possível equacionar outro movimento, uma antítese, em resposta ao esquema já apresentado: escuta profunda $\rightleftharpoons$ imaginação radical $\rightarrow$ (condições para) pensar-com.

Tal formulação nos impele um passo adiante, aproximando-nos de dois pontos-chave para a discussão: *situação* e *estranhamento*. Pois, a fim de *escutar profundamente e imaginar radicalmente* – a exemplo da proposição do endereçamento *alien* conduzida por Trevor Paglen –, e de nos haver, séria e cuidadosamente, com os emaranhamentos de nossa condição planetária em suas multissêmicas escalas de realidade, faz-se de suma importância situarmos com contundência as coordenadas de nosso diagrama sociopolítico, para que possamos, então, estranhá-las – ou estranhá-las para as situar e, assim, situar a nós mesmos.

Engajar-se com o endereçamento *alien* requer, pois, um comprometimento com o *estranhamento*, com a desnaturalização de nossos esquemas antropocêntricos. Requer que cultivemos condições que tornem possível identificá-los e os estranhar – aliená-los –, ao mesmo tempo que alienamos a nós mesmos. Desse modo, o endereçamento *alien* solicita, acima de tudo, *situação*: orientarmo-nos acerca de onde estamos e das arquiteturas conceituais-materiais a partir das quais o presente diagrama se estrutura – e em relação às quais precisa ser reconfigurado.

O que nos permite elaborar o seguinte esquema: situação $\rightleftharpoons$ estranhamento (alienação) $\rightarrow$ desnaturalização.

Assim sendo, convém perguntarmo-nos mais enfaticamente Onde estamos?, e, acrescento, A partir de que meios/tecnologias nos situarmos para estranhar?

É nesse ponto que recorro à pesquisadora-artista Patricia Reed e à pesquisadora e teórica da mídia Wendy Hui Kyong Chun, cujas críticas à *familiaridade* e à *immediatez* – tomadas como instâncias antropocêntricas não alienantes e, portanto, operantes em detrimento do *estranhamento* e da desnaturalização das estruturas d'O Mundo – mostram-se particularmente fecundas para a orientação desse questionamento.

Em seu ensaio Xenofilia e desnaturalização computacional, Reed (2018) analisa as possíveis implicações danosas de um mundo cujo diagrama sociopolítico – tal como conformado e em contínua conformação em nossos presentes sempre-já-dados – se calca, sobretudo, em uma preferência veemente pelas instâncias *imediate* e *concreta* da realidade, em detrimento da *abstração*. Tal prevalência se justifica, como afirma a autora, pelo fato de tanto a *concretude* quanto a *immediatez* apresentarem-se a nós como não alienantes. Trata-se, assim, de uma inclinação pelo ímpeto da não alienação, em rejeição à alienação – qualidade que, sob o registro do senso comum, é frequentemente depreendida como nociva.

Apesar de o termo ter sido confinado a um registro negativo [...] e ser colocado como algo a ser superado, em um aspecto perspectivo, a alienação é uma necessária forma de estranhamento com o que é. [...] precisamos perguntar: como seria uma condição não alienada? A consequência de um mundo sem alienação nos prende a esquemas cognitivos familiares, pois nega o engajamento com o estranho, o estrangeiro e o desconhecido, conferindo uma condição de “senso comum” ao que é dado (Reed, 2018, p. 12).

Partindo da questão da não alienação, Reed atém-se a dois desdobramentos problemáticos decorrentes de sua preponderância.

O primeiro deles diz respeito a uma cisão interposta na dinâmica entre o pensamento – *abstração* – e aquilo que experimentamos como real – *concreto* –, ambas as instâncias articuladas, assim, em uma oposição binária e excludente. Reed a explicita como uma cisão insidiosa, posto que debilita a percepção de que a estruturação de conceitos e realidade(s) – *abstração* e *concretude* – retroalimenta-se impreterivelmente, ao mesmo tempo que esvazia a abstração de sua propriedade concreta. Essa dinâmica de oposição – *abstração versus concretude* – tolhe, por sua vez, o alcance da potência especulativa no manejo

de ferramentas hiporreais – imaginação e hipótese –, essenciais para politizar o desconhecido e a incerteza (Reed, 2018, p. 18) e, ademais, pensar, de forma ampla e coletiva, mundos, em vez de naturalizar O Mundo.

Já o segundo problema apontado por Reed recai sobre a constatação de que a proeminência da *concretude* e da *immediatez* é, em última instância, antropocêntrica, uma vez que nossa compreensão acerca daquilo que se apreende de imediato – por ser próximo e familiar – submete-se, inevitavelmente, a uma interface cognitivo-sensorial específica – a humana –, que se preserva como referencial, justificativa e condição do pensamento. Tal enquadramento mostra-se, assim, insuficiente e estreitado quando se trata de estranhar O Mundo com mais agudez.

Como estranhar com veemência o sempre-já-dado d'O Mundo quando (des)orientados por seus parâmetros decerto familiares?

É aqui que o problema se volta para o domínio dos sistemas maquínicos inteligentes e da mediação técnica, cujos *modi operandi* – sob o monopólio do tecnocapital – dão-se, como aponta Patricia Reed, em conformidade com as estruturas conceituais-materiais d'O Mundo.

Reed traz os sistemas maquínicos inteligentes para o campo de discussão, ressaltando-os como formas de produção de pensamento e de vida de importância preeminente na articulação do campo do possível – das hipóteses e de seus modelos computacionais de visualização – e na tecitura de interfaces conectivas complexas que se dão no âmago da vida social e na realização material do ambiente planetário. Concernem, portanto, a sistemas cuja politização faz-se de extrema necessidade para que possamos nos implicar seriamente com o empreendimento perspectivado de *pensar-com* – sendo, assim, essenciais à instrumentalização da alienação como habilitadora do estranhamento do sempre-já-dado.

Quando manejadas sob uma lógica demasiadamente utilitária, servil e orientada por regimes de aprendizado que reiteram o presente diagrama sociopolítico, a inteligência artificial – e os modos de relação estabelecidos não *com*, mas por meio das máquinas, sob a égide do tecno-capital – colocam-se, contudo, muito aquém do reposicionamento perspectivado que aqui buscamos.

Em diálogo com a pesquisadora e teórica da mídia Wendy Hui Kyong Chun, Reed contextualiza a naturalização d'O Mundo a partir do funcionamento das redes plataformizadas e da atividade algorítmica – sobretudo no que diz respeito à agência humana implicada em sua programação –, sublinhando como

a lógica que as rege reafirma-se *homofílica*, isto é, operante a partir das noções de proximidade e familiaridade, bem como de suas subjacentes opressões e dominações historicamente sedimentadas.

É exemplar como o mundo online de hoje, como Chun coloca de forma brilhante, é amplamente definido pela segregação das estruturas por meio do conceito aplicado de “homofilia” no design de redes. [...] O design de redes homofílico é essencialmente a automação da familiaridade [...]. Quando encontros e confrontos com o estrangeiro e o estranho são proibidos por algoritmos, a alienação, em um sentido distorcido e não intencional, foi superada. Há pouco para se comemorar nesse caso de superação da alienação. Se a mudança sem mudança continua a ser o epítome da nossa condição, é apenas reificada pela automação da familiaridade, e o preço que pagamos coletivamente por essa tendência inicial de “semelhança que gera conexão” é capturado pela nossa deficiência em criar hipóteses de novas perspectivas (Reed, 2018, p. 20-21).

Uma politização de nossa conjuntura demanda, ao contrário, o engajamento com experiências de estranhamento – isto é, com aquilo que se entende por inabitual, distante e estranho: uma correspondência com experiências *xenofílicas*. Rearticular o presente diagrama de modo a operar uma descentralização antrope e etnocêntrica denota, como ressalta Reed (2018, p. 16), a formação de um sujeito coletivo *alien* – ainda por se conformar.

De que maneiras, então, pensarmos o espessamento de um corpo *alien*, um corpo seriamente implicado com as coletividades humanas, seriamente agregado às máquinas inteligentes e às outras formas de produção de pensamento e de vida?

A assunção de Patricia Reed leva-me a recobrar o apreço pelo incitamento imaginativo de outros mundos, evocado de modo similar nas narrativas de Trevor Paglen e Donna Haraway, que, a seus modos, tal como Reed, recorrem às ferramentas hiporreais – isto é, ferramentas para a formulação de hipóteses com/acerca daquilo que evade a realidade imediata e habitual – como um procedimento especulativo imprescindível à tarefa de *pensar-com* e de “ficar com o problema”, para evocar a formulação de Haraway. Entre essas, para além dos modelos computacionais de visualização mencionados por Reed, situo a

fabulação/ficção como uma proposição de grande relevância para Paglen e Haraway, e para a condução do trabalho que lhes endereço, e que aqui confabulamos.

Artículo *fabulação/ficção* em consonância com o que elabora o crítico e curador Lucas Dilacerda – embasado na poética e na proposta de imaginação radical de Denise Ferreira da Silva –, que explicita a *fabulação/ficção* como uma operação que

denuncia os projetos de desenvolvimento e progresso da modernidade e se distancia dos ideais de futuro da colonialidade. A *fabulação* é esse esforço de imaginar corpos subalternizados que sobreviveram ao passado genocida, que sobrevivem ao presente necropolítico e que estarão vivos no futuro por vir: afrofuturismo, etnofuturismo, transfuturismo etc. Entretanto, a *fabulação* não se restringe apenas ao plano do imaginário, ela também atinge um plano real de experimentação onde busca inventar novas tecnologias de resistência e sobrevivência ao presente (Dilacerda, 2022, p. 95).

Trata-se, assim, de uma operação por meio da qual se criam, a despeito do epítome da familiaridade, condições insurgentes para nos situar e pensarmos mais seriamente acerca de nossa corresponsabilidade de “viver e morrer bem” (Haraway, 2023, p. 13) com outras formas de pensamento e de produção de vida. Ao fazê-lo – tal como no exercício hipotético do ente *alien* ou no incitamento à *escuta profunda* de Pauline Oliveros e à *imaginação radical* de Denise Ferreira da Silva –, torna-se possível galgar modos de adensar os procedimentos humanos no sentido de sua descentralização etno e antropocêntrica, em desalinho com O Mundo Ordenado. Mais *húmus*, menos *Homo*, conforme provoca Haraway – vislumbrando, assim, a corporificação em curso do ser coletivo *alien* mencionado por Reed. Ou, ainda, como propõe o pensador Yuk Hui, procedimentos mais *fragmentados*, menos universalizantes.

Yuk Hui constitui uma visada particularmente interessante para o percurso aqui traçado, uma vez que, diante das implicações catastróficas d’O Mundo, aborda a questão descentralização – em seu caso, da *fragmentação* – como um posicionamento disruptivo urgente, articulado por meio de sua noção de cosmotécnica.

A cosmotécnica depreende um modo de perspectivar o mundo, em suas distintas localidades e especificidades cosmológicas e culturais, a partir de uma

concepção de tecnologia que reincorpora o universal ao particular – isto é, que opera por *fragmentação* – e compreende a diferença como condição da diversidade irreduzível das relações complexas com o pensamento tecnológico, asfixiadas em um mundo redimensionado segundo um sistema tecno-científico-econômico único. A questão da cosmotécnica é, assim, mobilizada como forma de possivelmente circuitar vias divergentes, que derivem da narrativa apocalíptica e sacrificial d'O Mundo como condição inelutável de nossas – e de outras – existências.

A *fragmentação*, entendida como *descentralização* – ou ainda como dessincronização, como também propõe o autor –, leva-nos a reconsiderar as múltiplas tecnicidades, as cosmotécnicas, um canal de acesso à diferença do pensamento, em refutação a um humanismo etnocêntrico exacerbado “que aspira reinventar o Homo sapiens como Homo deus por meio da aceleração tecnológica” (Hui, 2020, p. 86), impulsionando o desenvolvimento tecnológico como ponto de disjunção entre nossas existências, as demais formas de vida e o cosmo.

Ao substancializar o humano como um universal que transcende todas as particularidades da cultura e da natureza, nos vemos diante de um humanismo que equivale ao niilismo. Para sair desse impasse, precisamos, antes de mais nada, suspender a noção de humanidade que nos foi apresentada [...]

Rejeitar o conceito de humanidade é estilhar a ilusão criada por um discurso unificador do humano, ligado a um processo de modernização como forma de sincronização. A tecnologia moderna sincroniza histórias não ocidentais no eixo de tempo global da modernidade Ocidental. Simultaneamente oportunidade e problema, o processo de sincronização permite que o mundo desfrute da ciência e da tecnologia, mas também o lança em um eixo de tempo que, animado pelo humanismo, está se movendo em direção a um fim apocalíptico, seja na forma da singularidade tecnológica (a “explosão de inteligência”), seja na forma do surgimento de uma “superinteligência” [...] (Hui, 2020, p. 84-85).

Por certo, a *fragmentação* também se distancia de uma leitura antropológica universal e utilitária da tecnologia, leitura essa insuficiente quando se trata de reposicionar as tecnologias modernas como constituintes de uma forma

específica de produção de racionalidade, correspondente à ordem social pela qual advogam, um projeto político-intelectual, base do pensamento iluminista e da Modernidade, que logrou êxito em seu *télos* de dominação e universalização por meio da globalização/sincronização e da aceleração tecnológica que lhe foram e são necessárias (Hui, 2020, p. 83).

As noções de cosmotécnica e de tecnodiversidade inscrevem-se, portanto, em nosso presente como um esforço possível de reorientação de nossos futuros tecnológicos frente aos impasses produzidos por um mundo sincronizado em um eixo de tempo global acelerado e destrutivo. Um esforço no sentido de conceber, de modo diverso, outra desembocadura em vista do abismo totalizante do progresso, no ínterim do qual nossos tempos de vida se desterritorializam.

Os neorreacionários e os transumanistas celebram a inteligência artificial em nome de um triunfalismo pós-humanista, porque a superinteligência e a singularidade tecnológica demonstram a “possibilidade de uma humanidade sublime” [...]

Em sua afirmação de uma aceleração messiânica rumo ao abismo, esses defensores concebem a si mesmos como anti-humanistas. Mas o que está por trás desse abismo? [...] A aceleração da desorientação não cria uma saída para o eixo de tempo global. Pelo contrário, é somente por um breve período que ela perturba as ordens estabelecidas e os modos convencionais de operação. [...] As qualidades disruptivas e apocalípticas intrínsecas à aceleração não são de modo algum anti-humanistas. Na verdade, elas revelam um humanismo extremo que luta para se salvar por meio da destruição em massa – um niilismo do século XXI (Hui, 2020, p. 86-87).

Diante da necessidade de recorrer a um termo capaz de condensar as coordenadas d'O Mundo tal como vêm sendo compassadas ao longo dos tempos históricos nos quais estamos invariavelmente enredados, não me passa despercebido o fato de que Yuk Hui evoca, precisamente, a paisagem inóspita – sobretudo insólita – do *abismo* como designação pertinente para as problemáticas do presente, com as quais nos encontramos em correspondência.

Se, em meio às suas articulações, o termo surge de modo pontual, como um vocativo propício à interpelação do problema, interessa-me aqui içá-lo para além de sua função primordialmente descritiva. Em se tratando de *escuta* e

imaginação como ferramentas contestadoras do sempre-já-dado de nossas *existências*, proponho tomar o *abismo* não apenas como figura diagnóstica, mas como operador especulativo em sua potência provocativa e propositiva. Isto é, não apenas como aquilo que nomeia o impasse, mas como vetor mobilizador da *fabulação/ficção*.

Assim, em vez de esgotar-se em seu valor de síntese conceitual-material das estruturas que sustentam O Mundo, o *abismo* passa a atuar, aqui, como um dispositivo de *escuta e imaginação*, por meio do qual se torna possível tensionar e reconfigurar essas mesmas estruturas, sobretudo em chave fabulatório-especulativa – por que não?

Já que nos encontramos tracionados pela gravidade desse *abismo*, podemos especular: a fim de ficar seriamente com o problema, de alçar estratégias que remanejem fôlego e impulso em desarranjo com o niilismo do século 21 e com a aceleração tecnológica predatória – que irrompe no horizonte ora como suposta salvação, ora como derrocada iminente –, impõe-se a urgência de, em vez de nos aprofundar arrefecidas e habituações à desorientação em seus confins, nos aparelhar de meios que propulsionem narrativas dissidentes de mundos.

Como nos aparelhar de meios que propulsionem narrativas dissidentes de mundos enquanto em queda livre no abismo?

Tal engajamento implica acionar estratégias e tecnologias especulativas cujo motor seja a *ficção*, mas, nesse caso, a *ficção* do próprio *abismo* – não apenas como termo, mas como cena, condição e ambiência –, bem como de sua arquitetura conceitual-material.

Afinal, quando em queda livre – como bem sabemos no escopo da física –, para que se possam computar cálculos e modelos capazes de conferir situação a um corpo em deslocamento – suas coordenadas, a aferição do espaço e do tempo percorridos –, desconsidera-se a resistência das forças contra-atuantes, isto é, o atrito. Não de modo a ignorá-las, mas porque, em queda livre, essas forças são tratadas como nulas; e, sendo nulas, não comprometem a aceleração dos corpos puxados pela gravidade. Pelo contrário: garantem-na, e em ritmo crescente, a partir da repetição do mesmo, da familiar invariação – atrito = 0.

Se a resistência se apresenta como nula, faz-se oportuno ficar seriamente com essa informação para, novamente ficcionando a partir do já dado, especular acerca de suas implicações: que outros possíveis desimpedimentos podem ser

deflagrados por essa nulidade? Pois, se a aceleração equivale a um dos regimes que sustentam o *abismo*, há de acelerar, junto aos corpos, também as suas práticas.

E se fosse o caso de – sendo a aceleração uma constante – considerar que a própria nulidade que a impulsiona (atrito = 0), longe de apenas reiterar a queda, possa, contraintuitivamente, instaurar condições favoráveis à aceleração da ficção/fabulação como manobras des’Ordenadas do pensamento? – por que não?

Se a aceleração constitui uma das grandezas determinantes desse abismo, torna-se fundamental que, para recalcular nossa rota rumo à intentada desaceleração, possamos, antes, como propõe Yuk Hui (2020, p. 87-88), nos apropriar da aceleração para pensá-la em outro sentido e direção:

Precisamos voltar à palavra “aceleração” em si mesma, já que é muito fácil se deixar enganar por uma identificação impensada entre aceleração e velocidade. Se nos lembrarmos das aulas de física no ensino médio, em que $a = v - v_0 / t$, então a aceleração é igual à variação da velocidade (de v para v_0) dividida pelo tempo. V representa a velocidade vetorial, e não escalar. Enquanto a grandeza escalar apresenta apenas módulo, a grandeza vetorial também contém direção e sentido. Por que não considerar outra forma de aceleração que não leve a velocidade a seus extremos, mas que mude a direção do movimento, que dê à tecnologia um novo referencial e uma nova orientação no que diz respeito ao tempo e ao desenvolvimento tecnológico? Caso o façamos, poderemos também imaginar uma bifurcação do futuro, que, em vez de se mover em direção ao apocalipse, se multiplique e dele se afaste.

Dito isso, especulando outros referenciais para a aceleração em favor dos rearranjos catalisados pela *fabulação/ficção*, parece-me oportuno nos apropriar – novamente, a partir da ficção do já dado – do abismo de modo a *aliená-lo*: concebê-lo como um objeto *inimaginavelmente complexo* – por que não? –, do modo como explicitado por Patricia Reed (2018, p. 16-17) e Wendy Hui Kyong Chun. Em outras palavras, um ente com o qual a correspondência, para estabelecer-se efetiva e seriamente, depende de uma reformulação perspectivada de humanidade, em benefício de uma corporificação *alien*, capaz de conceber modos radicais e i(ni)magináveis de agregação às diferentes formas de produção de pensamento e de vida:

À medida que somos cada vez mais confrontados com objetos locais/ globais tão complexos, de proporções inimagináveis (tanto enormes quanto minúsculas), e como esses objetos desafiam a categoria de proximidade concreta e de experiência sensorial como justificativa para o pensamento, essa tração epistêmica só pode ser uma experiência alienada. Abordar o que poderíamos chamar de “objetos-meio” – objetos como o clima, cujos resíduos, como o tempo, podem ser sentidos, mas cuja existência em si é de um meio abstrato, plurilocal, multissistêmico e (pelo menos em termos antropocêntricos) geracional em temporalidade – implica um engajamento na não presença (aquilo que não está diretamente disponível aos nossos sentidos). [...] Como esses “objetos-meio” escapam à presença, apreendê-los requer intervenção computacional; exigem uma articulação modelar e diagramática para torná-los acessíveis à cognição. O tipo de sujeito coletivo necessário para politizar esses objetos complexos é, portanto, não apenas uma chamada para a máxima solidariedade humana, que corte através dos regimes de individualismo e aliene a subjetividade da individualidade, mas que também acomode uma participação computacional [...] (Reed, 2018, p. 16-17).

Uma vez no interstício de tal *abismo*, em vez de nos conformar com uma destinação alegadamente inevitável, parece propício que, em virtude da necessidade de uma epistemologia imaginativa diversa e *fragmentada*, empreendamos um exercício fabulatório-especulativo capaz de *alienar* a nós mesmos como formas de vida do *abismo* – por que não? Isto é, seres em situação de correspondência incessante com esse *abismo* e suas possíveis conformações; seres em necessidade permanente de *estranhar* e *pensar-com* esse arranjo de mundo(s) em disputa – a exemplo de como articula Paglen ao endereçar aos supostos seres do *abismo* intergaláctico ou, ainda, como nos convoca Haraway, em correspondência direta com os seres de *abismos* terrenos, *abismos húmus*.

Em suma, um exercício especulativo por meio do qual possamos nos apropriar do dado – da cena enquadrada do *abismo* –, politizando as incertezas que lhe são intrínsecas, de modo a suscitar algum tipo de abalo rítmico que ressoe em desafino com a sincronia de um passado-presente-futuro tecnológico assegurado pela lógica demasiadamente linear, vertical e desastrosa do progresso.

Já que as circunstâncias se atualizam no tráfego acelerado do *abismo*, parece um proceder possível tomar o *ente abismo* não para reafirmar seu potencial desorientador, mas para rearticulá-lo como ponto de inflexão.

Insistir na tratabilidade cognitiva não é insinuar que esses tipos de objetos complexos possam ser conhecidos por completo, modelados, controlados ou dominados com perfeição; nem é dizer que saber mais sobre eles equivale diretamente a ações e estratégias aprimoradas. A causalidade mecânica já não existe há muito tempo. Ao termos a certeza de que nunca podemos conhecer ou determinar totalmente tais objetos, o que eles tornam cada vez mais transparente é a necessidade de mobilizar essa incerteza integrante. Em um esforço para combater a correlação entre incerteza e inação (suspender a ação enquanto se espera das ciências uma certeza absoluta que nunca virá), Wendy Hui Kyong Chun enfatizou que não devemos nem “celebrar nem condenar [...] modelos científicos, que são necessários para o engajamento com riscos invisíveis, impossíveis de serem experienciados”, mas tratar esses modelos computacionais (sempre imperfeitos) como “ferramentas hiporreais, ou seja, como ferramentas para hipóteses”. A proposta central de Chun é de que a incerteza venha a possibilitar a atividade, pela capacidade do hipotético, em vez de ser instrumentalizada para a inércia (Reed, 2018, p. 17-18).

Pensar o *abismo* demanda de nós, pois, uma atuação que desvincule, como defendem Patricia Reed (2018, p. 18) e Wendy Hui Kyong Chun, a incerteza da inação; que desassocie a ideia de futuro do fim – isto é, de um tempo por vir sempre refém das projeções e reproduções dos hábitos d’O Mundo, salvaguardados pelo imperativo da *familiaridade* e da *imediatez* antropocêntricas; ou, sendo o caso de corroborar de fato o fim, que a ideia de futuro se coadune com ele, com o apocalipse d’O Mundo, como afirma a pesquisadora artista Jota Mombaça (2021, p. 82-83):

O apocalipse deste mundo parece ser, a esta altura, a única demanda política razoável. Contudo, é preciso separá-la da ansiedade quanto à possibilidade de prever o que há de sucedê-lo. É certo que, se há um mundo por vir, ele está em disputa agora, no entanto, é preciso resistir ao desejo controlador de projetar, desde a ruína deste, aquilo que pode

vir a ser o mundo que vem. Isso não significa abdicar da responsabilidade de imaginar e conjurar forças que habitem essa disputa e sejam capazes de cruzar o apocalipse rumo à terra incógnita do futuro, pelo contrário: resistir ao desejo projetivo é uma aposta na possibilidade de escapar à captura de nossa imaginação visionária pelas forças reativas do mundo contra o qual lutamos. Recusar-se a oferecer alternativas não é, portanto, uma recusa à imaginação, mas um gesto na luta para fazer da imaginação não uma via para o recentramento do homem e a reestruturação do poder universalizador, mas uma força descolonial que libere o mundo por vir das armadilhas do mundo por acabar.

À beira dos *abismos*, instaura-se uma desestabilização diante da qual os diversos campos do saber têm seus pressupostos e horizontes conceituais solapados; um ponto de tensão, atenção e conflito, conjugando repulsa e fascínio justamente onde, como explicita o filósofo Mark Fisher (2016, p. 8), não há correspondentes para a experiência cognitiva. Ou, acrescentaria, onde, sob o regime da *immediatez*, nossos repertórios *homofílicos* falham em correspondência e têm sua forjada autossuficiência fragilizada. É nesse território que as especulações quanto ao endereçamento *alien* e sua força disruptiva ganham impulso – território no qual uma nova epistemologia imaginativa desponta como possível e necessária, em resposta a uma realidade cada vez mais *impensável*.

É nesse ponto de aproximação entre o real, o impensável e o (im)possível – amalgamando-se nesse *abismo* de tração magnética – que delineio o endereçamento da presente escrita, cuja articulação ressoa com o ensejo enunciado por essus e outres pesquisadores que compõem essa investigação: explorar meios de se endereçar, engajar-se e transformar-se com aquilo que, para além do *imediato concreto*, para além do repertório catastrófico d'O Mundo, não se vê, não se toca, talvez sequer se perceba – e que, justamente por isso, tensiona e desloca as formas tidas como imediatamente cognoscíveis –, não obstante, nos afeta.

Busco, assim, estruturar uma prática de criação orientada a incitar – ou a realocar atenção para – experiências de *estranhamento* na paisagem do real, desformando as coordenadas de espaço e tempo tal como usualmente as apreendemos. Trata-se de tensionar a lógica de nossos axiomas finitos e antropocêntricos por meio de uma operação fabulatório/ficcional entendida como forma

de experimentação especulativo-cognitiva: investigar modos de politizar e re-articular o diagrama sociopolítico e afetivo do presente a partir do engajamento com o *estranho*, a *incerteza*, a *não imediatez*, o *inexplicável*, o *desfamiliar* – *alienar-se*.

Politizar a incerteza por meio das capacidades do hipotético não implica um salto grosseiro rumo ao desconhecido, como já temos visto no sequestro comemorativo da “incerteza” como complexidade pelo pior da política pós-moderna, que defende a potencialidade infinita sem restrições. Como ponte para o que poderia ser, o hipotético não é um mero ato de fé, mas uma construção ponderada de um horizonte conceitual (já que horizontes reais não existem), a nos guiar enquanto atravessamos e trabalhamos com aquilo que não pode ser observado diretamente [...]. O hipotético dá acesso ao inexistente ou àquilo que poderia ser, como um novo diagrama sobre o qual é possível manobrar de outra maneira. Quando a alienação (gerativa) descreve a separação entre o que é e o que poderia ser, como a articulação da habilitação com a incerteza, o hipotético é seu veículo principal (Reed, 2018, p. 18-19).

Se o hipotético nos permite manobrar sobre aquilo que ainda não é, se a *alienação* descreve a distância entre o que é e o que poderia ser, então talvez seja precisamente nesse intervalo – nesse *abismo* – que se confabula a possibilidade de reorientação.

Se nos cabe a queda acelerada no abismo – ou melhor, a queda d’O Mundo –, e se disso depende nosso modo de pensar/agir, por que não a fabular/ficcionar?

Rodrigus Pinheiro é artista-pesquisadora, doutoranda e mestra em estudos contemporâneos das artes pelo PPGCA/UFF e graduada em artes visuais/escultura pela EBA/UFRJ. Desenvolve trabalho de ficção especulativa transmídia, mobilizando diferentes meios e materialidades a partir da noção de “performatividade inalgoritmável”, formulada no âmbito de sua pesquisa. Sonda, assim, outras possibilidades de costura entre as inteligências do corpo e da máquina, capazes de dificultar a captura de nossa capacidade vital de imaginar narrativas dissidentes para nossos passados/presentes/futuros biotecnológicos.

Referências

- DILACERDA, Lucas. *Pensamento alienígena*. Ceará: Raiz Imaginária Edições, 2022.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. Introdução: (Di)Ante(S) do texto. In: *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imagem Política e Living Commons, 2019, p. 40-43
- FERREIRA DA SILVA, Denise. Sobre diferença sem separabilidade. In: *Incerteza viva: 32ª Bienal de Arte de São Paulo*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016, p. 57-65 (catálogo da exposição).
- FISHER, Mark. *The Weird and the Eerie*. London: Repeater Books, 2016.
- HARAWAY, Donna. Pensamento tentacular: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: *Ficando com o problema: fazendo parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 Edições, 2023, p. 55-108.
- HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- OLIVEROS, Pauline. Introduction. In: *Deep listening: a composer's sound practice*. Lincoln: iUniverse, 2005, p. 12-16;
- PAGLEN, Trevor. Friends of Space, How Are You All? Have You Eaten Yet? Or, Why Talk to Aliens Even if We Can't? *Afterall*, London, n. 32, 2013.
- REED, Patricia. *Xenofilia e desnaturalização computacional*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2018 (Coleção Trama).

Artigo submetido em março de 2026 e aprovado em junho de 2026.

Como citar:

PINHEIRO, Rodrigus. Como possivelmente endereçar a uma entidade *alien* – por que não? *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 32, n. 51, p. 135-154, jan.-jun. 2026. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n51.7>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>